

UTILITARISMO POSITIVO DE J. S. MILL *VERSUS* UTILITARISMO NEGATIVO DE A. KAUFMANN

*POSITIVE UTILITARIANISM OF J. S. MILL VERSUS NEGATIVE UTILITARIANISM OF A.
KAUFMANN*

Guilherme Camargo Massaú¹

Resumo: O texto objetiva apresentar duas formas de utilitarismo, o positivo e o negativo, a partir da perspectiva, respectivamente, de dois autores, J. S. Mill e de A. Kaufmann. Estabelecem-se algumas diferenças entre os autores para que se possa comparar as duas manifestações do utilitarismo. Com isto, constata-se divergências e convergências entre as duas manifestações do utilitarismo. A ideia de felicidade ou bem-estar apresenta-se nas duas perspectivas, sendo que uma concentra-se em promover a felicidade da maioria (utilitarismo positivo), a outra objetiva reduzir a miséria do máximo possível de indivíduos (utilitarismo negativo). A diferença aplica-se no modo de promoção da felicidade e de quais indivíduos são contemplados.

Palavras-chave: A. Kaufmann; Comparação; J. S. Mill; Utilitarismo Negativo; Utilitarismo Positivo.

Abstract: The text aims to present two forms of the utilitarianism, the positive and the negative, as of two authors, J. S. Mill and A. Kaufmann respectively. Some differences are established between the authors so that the two manifestations of utilitarianism can be compared. This reveals divergences and convergences between the two manifestations of utilitarianism. The idea of happiness or wellbeing is present in both perspectives, with one focusing on promoting the happiness of the majority (positive utilitarianism) and the other aiming to reduce the misery of as many individuals as possible (negative utilitarianism). The difference lies in how happiness is promoted, and which individuals are targeted.

Keywords: A. Kaufmann; Comparison; J. S. Mill; Utilitarianism Negative; Utilitarianism Positive.

INTRODUÇÃO

A teoria utilitarista tem como fundamento moral o certo e o errado, a fim de orientar o julgamento da ação no momento da decisão que exerce influência no Direito, na Política, na

¹ Pós-doutor (PUCRS); Doutor em Direito (Unisinos); Professor da Faculdade de Direito, do PPGD e do PPGCPol da UFPel. ORCID <https://orcid.org/0000-0001-5955-4292>

Filosofia e entre outras áreas do conhecimento que se fundamentam na ação humana. O presente texto buscou diferenciar duas formas de utilitarismo, o chamado positivo e o negativo. Para realizar o objetivo do texto, analisaram-se as concepções de J. S. Mill (utilitarismo positivo) e de A. Kaufmann (utilitarismo negativo). Contudo, não se tem como finalidade uma estrita comparação, mas diferenciar/relacionar estas duas formas a fim de trabalhar com ambas as concepções.

É importante destacar algumas diferenças essenciais entre os dois autores. Assim, há a diferença de áreas de abordagem, isto pelo fato de J. S. Mill estar voltado à Política e A. Kaufmann ao Direito. Ainda, gizam-se as distintas perspectivas culturais existentes entre os dois autores, o primeiro é inglês e o segundo alemão. Também, há que se ressaltar os séculos vivenciados por cada filósofo, o primeiro vivenciou o século XIX e o segundo o século XX. Outra diferença fundamental entre os autores consiste no fato de J. S. Mill não ter conhecido qualquer texto ou ideia de A. Kaufmann, já o autor alemão acessou os escritos e as ideias de J. S. Mill². Diante destas diferenças, objetiva-se focar, essencialmente, nas manifestações dos utilitarismos (o positivo e o negativo). Não há como compará-los estritamente, pois o autor alemão, também reflete sobre alguns elementos do utilitarismo positivo – expressado, também, por J. S. Mill. Logo, busca-se destacar aspectos consonantes e dissonantes entre ambos os utilitarismos.

O itinerário do texto inicia na apresentação do utilitarismo de J. S. Mill, tendo como base o livro “O Utilitarismo”. Apresenta-se o autor e, após, delineiam-se os aspectos principais da sua teoria utilitarista. Por fim, expõem-se alguns elementos da ação, a fim de marcar a ação utilitarista. O segundo momento, apresenta-se o autor alemão e se salienta os elementos do utilitarismo para Kaufmann. Na sequência, aborda-se o utilitarismo negativo com base no texto “*Negativer Utilitarismus. Ein Versuch über das bonum commune*”. O último tópico consiste na organização dos aspectos consonantes e dissonantes de ambos os utilitarismos.

1. UTILITARISMO DE MILL

1.1. John Stuart Mill

John Stuart Mill (1806-1873), filho do filósofo James Mill (1773-1836), foi influenciado pelo fundador do utilitarismo, Jeremy Bentham (1748-1832), cujo mote é a

² A. Kaufmann cita J. S. Mill em seus textos *Filosofia do Direito*, nas páginas 38, 222, 258, 259, e no *Negativer Utilitarismus*, na página 17.

máxima felicidade para o maior número de pessoas. Esta moral *hedonista-utilitarista* baseia-se no prazer e na dor. Neste sentido, persegue-se o maior prazer e a mínima dor. O utilitarismo tem como princípio fundamental a relação entre o bem, que é útil, e o mal, que é nocivo (Thonnard, s.d., p. 797). J. S. Mill, influenciado pelas amizades do pai, teve contato – ainda criança – com Bentham e com David Ricardo (economista) (Reale, Antiseri, 2005, p. 313, 317).

No entanto, J. S. Mill, por volta de seus 20 anos, confrontou-se ceticamente com a ideia dos prazeres de Bentham, ao afastar-se da teoria da quantidade dos prazeres e aproximar-se da qualidade dos prazeres (regra suprema da moralidade) que levaria à moral com exigências do absoluto como o prazer ou alegria da bem-aventurança (Thonnard, s.d., p. 801-802, 813). A teoria *milliana* não contrasta entre a maior felicidade do indivíduo e do conjunto social, mas é a própria dinâmica social que instrui o indivíduo em sentimentos desinteressados (Reale, Atiseri, 2005, p. 324). Para J. S. Mill, a felicidade inclui componentes que se situam como razões da ação, e não, propriamente, sentimento de felicidade. Por isto, na sua versão do utilitarismo-hedonista³, a concepção de felicidade é uma condição de um ser progressivo consoante com o exercício das faculdades superiores a aparentar ser um componente dominante (Brink, 1992, p. 70).

Na obra *Sobre a liberdade* (1869), J. S. Mill destaca a importância da liberdade ao proporcionar para o *ser humano* e para a sociedade a possibilidade de expandir-se em inumeráveis direções e fundamentos. Por isto, a teoria *milliana* não se limita a protegê-la do despotismo, mas de todas as tiranias impositivas capazes de suprimir a individualidade. J. S. Mill é defensor do direito de o indivíduo viver como lhe apraz. Para ele, o desenvolvimento social é consequência do desenvolvimento e da manifestação das diversas individualidades. A maior liberdade de cada um deve resultar no maior bem-estar de todos, já que a liberdade do *indivíduo* termina quando a do outro começa (Reale, Antiseri, 2005, p. 324-325).

1.2. O utilitarismo

O utilitarismo de J. S. Mill está inclinado a uma teoria da justificação moral, a fim de orientar a deliberação moral no momento da decisão da ação, enquadrando-a em certa ou errada. Destarte, toda ação visa a um fim. Por isto, é possível supor a naturalidade de que as regras recebam as características e as feições do fim visado. Desta forma, um critério de certo e errado

³ Existem elementos anti-hedonistas em J. S. Mill: a felicidade não se reduz a um estado mental, há distintos componentes não-mentais; há uma pluralidade de bens intrínsecos, o que contradiz a afirmação hedonista de que existe um único bem, o prazer (Brink, 1992, p. 77-78).

deve ser determinado como meio na decorrência da ação, mas não *a priori*. No entanto, o problema está no fundamento da ação certa ou da errada, ou seja, tanto a escola intuitiva quanto a indutiva concordam na necessidade de um princípio ou fundamento comum (supremo) – autoevidente – na base da moralidade a fim de servir como critério de decisão quando há colisão entre princípios (Mill, 2020, p. 26, 27).

A corrente alicerçada moralmente na utilidade ou no princípio da maior felicidade mede as ações conforme a felicidade ou a infelicidade. As ações estão certas ao tenderem à felicidade – entenda-se prazer como ausência de dor –, elas estão erradas se há dor e privação do prazer, infelicidade. No entanto, é compatível ao princípio da utilidade o reconhecimento de prazeres qualitativamente mais elevados do que outros, ou seja, não se restringe à quantidade de prazer⁴. Neste sentido, ao cotejar a qualidade com a quantidade de prazer, o mais desejável à maioria deve prevalecer. J. S. Mill convoca uma prova de qualidade e uma regra a fim de medi-la em face à quantidade, que consiste na preferência sentida pelos que estão dotados por meios de comparação a partir de hábitos de autorreflexão e de autocomparação, oportunizadas pela experiência. Conforme esta perspectiva utilitarista, o fim da ação constitui, também, o critério da moral (Mill, 2020, p. 32, 33-34, 38). Há aqui o emprego de uma racionalidade quando se está no âmbito da deliberação e no uso das liberdades (Brink, 1992, p. 68).

Não se trata de uma vida de exaltado prazer, mas de uma vida com saldo de mais momentos de variados prazeres e menos de dor. Há predominância de ativo em relação ao passivo, sem que com isto se espere mais da vida do que ela pode oportunizar. Logo, uma vida satisfeita, ou seja, suficiente para a finalidade, manifesta-se pela tranquilidade ou pela excitação. Contudo, a moralidade utilitarista reconhece o sacrifício um bem desde que aumente o total de felicidade, sendo a autorrenúncia única que conduz à felicidade da humanidade. Neste sentido, J. S. Mill atribui como critério utilitarista do que é certo à conduta provocadora de felicidade de todos os interessados, não só a do próprio agente (Mill, 2020, p. 39, 43).

O ideal de utilidade está em primeiro lugar, assim, as leis⁵ e a organização social devem, na medida do possível, coadunar a felicidade ou o interesse de cada um com o do todo. Em segundo lugar, tanto a educação quanto a opinião possuem condições de estabelecer nos indivíduos uma associação indissolúvel entre a própria felicidade e o bem do todo. Há o

⁴ A. Kaufmann reconhece o elemento qualitativo-comunitário para a felicidade em J. S. Mill, distinguindo-o do quantitativo-individual de Bentham (Kaufmann, 1994, p. 17).

⁵ O direito (*right*) do indivíduo para J. S. Mill não está sujeito à privação em favor da felicidade geral. Isto explica a sua concepção de *right* (direito subjetivo), que deve ser garantido e protegido pela sociedade. Logo, a importância que J. S. Mill atribui à força do *right* se deve à garantia da liberdade, fundamento do seu utilitarismo (Brink, 1992, p. 84).

objetivo da ação em busca da felicidade em consonância como bem geral (Mill, 2020, p. 44). A conduta individual fundada na moralidade utilitarista, como última consequência, deve promover o bem geral, sendo que a moralidade da ação está atrelada à intenção do querer fazer ou omitir (Mill, 2020, p. 45).

O agir conforme a moral que deságua na felicidade geral não se restringe ao momento, pelo contrário, a opção por qual ação o indivíduo deve optar encontra suporte no aprendizado calcado na experiência humana ao longo de sua existência. A objeção de se ter pouco tempo para refletir sobre qual é a melhor ação no momento da decisão não é argumento plausível para justificar a utilidade da ação. As crenças formadas exercem efeitos em algumas ações que envolvem a felicidade, tornando-se regras para a moralidade. Quando a moralidade utilitarista ganhar força, a felicidade geral será reconhecida como critério ético, próprio do princípio da natureza humana de conexão entre os semelhantes, que tende a ser fortalecida conforme ocorre o avanço da civilização (Mill, 2020, p. 51, 60).

A união entre os *socii*, exceto a relação entre servo e escravo, está calcada no princípio de que todos serão consultados, devendo o interesse de todos ser respeitado. A partir deste critério de igualdade, produz-se a necessidade do respeito mútuo, já que no interesse coletivo se encontra a condição de possibilidade para o respeito do interesse individual. A intensificação da cooperação reflete no fortalecimento do interesse comum em face ao interesse próprio. Neste sentido, há o fortalecimento dos laços sociais, conduzindo maior identificação dos sentimentos mutuamente. Isto estimula o bem dos outros, tornando-o algo natural e a ser levado em consideração na ação, de forma a expandir o círculo de indivíduos a terem seus interesses, também, contemplados (Mill, 2020, p. 61, 62).

1.3. Da escolha da ação

O indivíduo é livre para definir sua vida em direção à sua felicidade, porém, para J. S. Mill, não deve causar danos a terceiros ou à coletividade (Mill, 2020, p. 177). A escolha de como agir depende do critério moral que fundamenta a ação, sendo que o *locus moral* concentra-se no indivíduo. Em um primeiro momento, a moralidade costumeira interpela o indivíduo como fator obrigatório em si, ao ser consagrado pela educação e pela opinião. A moralidade baseia a sua obrigação de princípio geral, em que o costume não o delineou. Assim, o princípio da utilidade assume a centralidade como princípio geral, tendo todas as sanções internas e externas pertencentes a qualquer sistema moral. As sanções externas, sejam derivadas de Deus ou dos seres humanos, são usadas para reforçar a moralidade utilitarista na medida

enquanto é legítima. As sanções internas advêm da essência da consciência – sentimentos de humanidade, considerado um fato da natureza humana, embora alguns indivíduos possam não apresentar – manifestada em dor mais ou menos intensa (sentimento subjetivo na mente do indivíduo) provocada pela violação do dever (Mill, 2020, p. 55, 56, 57).

A relação entre justiça e utilidade não se resume ao critério de obediência e desobediência aos comandos legais, pois pode haver leis consideradas justas ou injustas, ou seja, pode ser que a violação de um dever legal não resulte em uma injustiça. Isto pelo fato de o critério de (in)justiça estar vinculado a um bem ou a um mal merecido por envolver a noção de mérito. Logo, ao se fazer o bem se deve receber o bem, assim ao se fazer o mal deve-se receber o mal, inclusive ao agir imparcialmente (também, igualdade) com os outros. O sentimento de justiça leva, naturalmente, à represália ou à vingança, aplicáveis devido ao intelecto e à simpatia. Ele está vinculado aos malefícios e aos danos que atingem o indivíduo por meio da sociedade em geral ou juntamente com ela. Não se trata de um julgamento solipsista, mas a consciência da justiça ou da injustiça assume interesse da coletividade. Por meio da razão os indivíduos podem adotar como seus os interesses coletivos (Mill, 2020, p. 75, 76, 77, 84, 85).

Por fim, para J. S. Mill, ter um direito consiste na defesa da posse pela sociedade. Assim, se algum opositor questionar o motivo de a sociedade possuir o dever de defender tal posse, o fundamento da resposta está na utilidade geral. A segurança é uma necessidade indispensável depois do alimento físico – segundo J. S. Mill –, sendo que ela só pode ser obtida se a instituição garantidora esteja constantemente em operação. Destaca-se, por isto, a utilidade social como parâmetro decisório para as ações que resultam maior felicidade a maioria (Mill, 2020, p. 87, 91). Neste sentido, encontra-se a abertura para uma *social welfare legislation*, pois J. S. Mill reconhece um acesso ao mínimo de bens – compositor da felicidade – para existência, possibilitando mais capacidade aos indivíduos no exercício de suas próprias liberdades (Brink, 1992, p. 91).

2. UTILITARISMO DE KAUFMANN

2.1. Arthur Kaufmann

Arthur Kaufmann (1923-2001), filho do político Edmund Kaufmann, estudou direito na Universidade de Heidelberg e foi influenciado pelo jurista Gustav Radbruch⁶. A. Kaufmann foi juiz da *Landgericht Karlsruhe*⁷. O jusfilósofo alemão, no seu livro *Filosofia do direito*, parte das referências do seu tempo, cuja prevalência da concepção de uma sociedade plural e de risco é a base do seu pensamento. Também, destaca no tópico sobre a *Tolerância: a questão fulcral* que solução fáceis e lineares não são simples de serem adotadas em regimes democráticos ao contrário de regimes fundamentalistas e totalitários. O autor, neste contexto, giza a necessidade da tolerância em um ambiente complexo e populoso e, como consequência, redução dos espaços físicos e aumento de conflitos interpessoais. Segundo ele, a liberdade que se conhece cederá lugar para o campo político, econômico e técnico (Kaufmann, 2004, p. 507-508).

A. Kaufmann visualiza um futuro com aumento de miséria e de redução da liberdade. Isto, segundo o autor, gera um ambiente de intolerância que seria evitado ou reduzido a partir da própria tolerância a conter a miséria. Com isto, ele situa a tolerância como um elemento de justiça social que está inclinada ao bem comum. Por conseguinte, conforme a sua concepção de utilitarismo negativo, o Direito somente tem condições de garantir a justiça social a partir de uma perspectiva negativa e, ainda, de forma incompleta. Segundo A. Kaufmann, não se pode promover a felicidade do indivíduo, mas, ao contrário, limitar o seu sofrimento e sua infelicidade. Com fundamento nessa perspectiva, o jusfilósofo estabelece o seguinte imperativo categórico da tolerância: “*age de tal modo, que as consequências da tua ação sejam concordantes com a máxima prevenção ou diminuição da miséria humana*” (Kaufmann, 2004, p. 508-509).

2.2. Utilitarismo

A. Kaufmann tem o objetivo de estabelecer uma teoria do *bonum commune* com base na teoria do utilitarismo. O jusfilósofo fundamenta-se na teoria de Ilmar Tammelo⁸, cuja base do utilitarismo negativo encontra-se em uma ordem justa em que há abolição ou a maior

⁶ Gustav Radbruch (1878-1949), conhecido jurista alemão, foi mestre de A. Kaufmann. Também foi político e ministro da justiça do *Reich*. Sua teoria jurídico-filosófica ficou conhecida, principalmente, por combater o regime jurídico da Alemanha nazista ao criar a *Radbruchsche Formel* ao estabelecer que uma lei injusta não é Direito. Trata-se de um pensador *neokantiano*. Gustav Radbruch. https://de.wikipedia.org/wiki/Gustav_Radbruch. Acesso em 18 de novembro de 2024.

⁷ Arthur Kaufmann (Jurist). [https://de.wikipedia.org/wiki/Arthur_Kaufmann_\(Jurist\)](https://de.wikipedia.org/wiki/Arthur_Kaufmann_(Jurist)). Acesso em 4 de novembro de 2024.

⁸ O jurista Ilmar Tammelo nasceu na Estônia em 1917, estudou na Alemanha e se radicou na Austrália, onde faleceu em 1982. Australian Dictionary of Biography. <https://adb.anu.edu.au/biography/tammelo-ilmar--15682>. Acesso em 28 de outubro de 2024.

redução possível da miséria. Neste sentido, acrescenta-se o fator de que a felicidade da maioria pode estar escorada na infelicidade da minoria. Destaca-se que a miséria do maior número de pessoas deve ser evitada dentro do possível. Esta perspectiva baseia-se no princípio negativo, que está em conformidade com o limite da capacidade de conhecimento de que algo é ou não é; de outro modo, os fundamentos das essências das coisas são desconhecidos, pois só se acessa o que não é a essência da coisa (Kaufmann, 1994, p. 7, 11, 13).

Neste sentido, A. Kaufmann utiliza a fórmula de Radbruch (*Radbruch-Formel*) em que uma lei não é considerada nula pelo fato de conduzir resultados injustos em um caso individual ou em um conjunto de casos individuais. Não sendo as violações determinadas de forma inconteste, a segurança jurídica tem precedências nestes casos. No entanto, a lei será injusta se no geral e de forma latente, for contrária à justiça, mas isso se não for possível ser considerada justa, a partir de qualquer ponto de vista possível. Destaca-se nesta fórmula, o aspecto negativo, já que há um esforço para determinar o que não é justo e, por conseguinte, estabelecer se determinada lei é injusta. Se assim for avaliada, a lei injusta não será direito (*Nicht-Recht*) (Kaufmann, 1994, 15).

Por conseguinte, com essa inversão de perspectiva, A. Kaufmann suscita três problemas no utilitarismo (positivo): 1) o interesse legítimo é o da maioria, desconsiderando o da minoria; 2) o bem comum é coletivo e não distributivo; 3) o bem não se permite universalizar, não sendo apropriado como fundamento de mandamento ético e jurídico. Tais problemas escapam do utilitarismo negativo, pois faltam elementos comprovadamente científicos sobre a natureza dos valores. Por consequência, o não-valor se torna mais acessível à determinação e à universalização. Desta forma, para o jusfilósofo, esse princípio negativo possibilita viver com um mínimo de metafísica (Kaufmann, 1994, p. 22).

Parte-se da perspectiva de que as dificuldades de conhecer X não são as mesmas das de não-X. Desta forma, ao aplicar a inversão proposta, o utilitarismo negativo concentra-se em evitar a infelicidade do que promover a felicidade. Esforça-se garantir as condições mínimas de não-infelicidade dos indivíduos com base nos referenciais da experiência. Normalmente, os indivíduos estão satisfeitos quando não estão infelizes. Os direitos sociais, *e.g.*, são medidas para reduzir a infelicidade dos indivíduos promovidas, também, pelo Estado. Com isto, A. Kaufmann estabelece um mandamento: *Aja de forma que as consequências das suas ações sejam compatíveis com a maior prevenção ou minimização possível da miséria humana* (tradução livre) (Kaufmann, 1994, p. 22, 23, 24).

O utilitarismo negativo tem o bem como objetivo – ou especificamente o não-bem. A verdadeira felicidade resume-se no bem, por isto, o utilitarismo negativo está orientado para o

complemento do utilitarismo positivo. A maioria não deve calcar sua felicidade em detrimento da infelicidade da minoria, pois, contemporaneamente, isso conduz à anulação da vontade e da possibilidade da felicidade da própria minoria. É mais concreto e viável conseguir reduzir a miséria do que alcançar o *bonum commune* do ser humano (Kaufmann, 1994, p. 18, 19, 25).

3. POSITIVO VERSUS NEGATIVO

Os utilitarismos apresentados têm como problema principal a seguinte pergunta: o que devo fazer? (Kaufmann, 1994, p. 17). Ambas as correntes utilitaristas se preocupam com a felicidade dos indivíduos, no entanto, a perspectiva e o foco da ação encontram-se invertidos. Destaca-se que o utilitarismo positivo está cimentado na maior felicidade do maior número de indivíduos, já a versão negativa preocupa-se em reduzir a infelicidade (miséria) do maior número de indivíduos.

Para diferenciar as duas vertentes do utilitarismo cita-se como exemplo de utilitarismo positivo a política nacional de medicamentos relacionada ao acesso à saúde, conforme a Lei n. 8080/90, Art. 6º, em que todos necessitados acessam os medicamentos constantes da lista do Sistema Único de Saúde (SUS). Destaca-se que esta política objetiva o bem-estar de todos os que se enquadram nas condições do SUS. Como exemplo de utilitarismo negativo, cita-se a política referente ao auxílio-reclusão pago a dependentes do assegurado do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que esteja cumprindo pena em regime fechado e esteja na faixa econômica de baixa renda. Neste caso, tal política busca a reduzir a vulnerabilidade econômica da família da minoria dos presos, pois para receber o benefício deveriam estar contribuindo para o INSS até o momento da execução da sanção penal de reclusão.

A. Kaufmann invoca uma objeção ao utilitarismo (positivo) ao negar que o objetivo da ação moral possa ser o bem próprio, pois, com base em Kant, os fins morais são também deveres a envolver outros indivíduos, tanto que o jusfilósofo alemão cita a fórmula *kantiana* “*perfeição própria – felicidade alheia*” (Kant, 1945, p. 225). Contudo, o jusfilósofo destaca que tal objeção se adequa mais ao utilitarismo hedonista no sentido *benthamiano* (Kaufmann, 1994, p. 18). Destaca-se que para J. S. Mill, o fim da ação constitui o critério da moral mensurado pela razão. Não há algo prévio a indicar qual é o fundamento ou o fim da ação, como há no utilitarismo de A. Kaufmann. Tal finalidade apresenta-se nos hábitos de autorreflexão e autocomparação acessados pela experiência (Mill, 2020, p. 38).

Outra objeção consiste em que o utilitarismo positivo compreende exclusivamente o bem-estar de todos (o geral, o coletivo), mas há a função de distribuição do bem-estar entre os

indivíduos. Desta forma, os desfavorecidos permanecerão de forma indeterminada entre a minoria (Kaufmann, 1994, p. 18), não acessando a possibilidade de ingressar na esfera da maioria, cujo utilitarismo (positivo) legitima a respectiva perseguição pela felicidade. Isto, também, impacta na consistência de estabelecer limites protetivos ao indivíduo no que se refere ao *mínimo existencial*, muitas vezes expressados pela proteção das minorias, pelos direitos e pelas liberdades fundamentais (Kaufmann, 1994, p. 20). No entanto, diante da presença do emprego da razão em J. S. Mill, a decisão da ação que conduz à felicidade da maioria pode levar em consideração o *mínimo existencial* (a um tipo de Estado social) (Brink, 1992, p. 89-90), que a felicidade pode estar calcada em coisas essenciais aos indivíduos, porém a diferença está que essa perspectiva não precede a concepção de felicidade para maioria, é o que pretende mostrar o jurista alemão.

Por fim, a objeção mais importante, segundo o autor alemão, é o fato de o conteúdo do utilitarismo positivo não ser universalizável, por ser de alta abstração e é, efetivamente, vazio de conteúdo. Também possui estas características o conceito de bem, que pode ser algo diferente para todos. Assim, os referenciais sobre a qualidade de vida (felicidade) do ser humano podem ser parcializáveis para a maioria em detrimento da minoria, pois todos almejam liberdade, riqueza, posse de coisas, saúde dentre outros bens. No entanto, alguns conseguem concretizar este estilo de vida ocidental, mas outros não. Este estilo de vida conduz o mundo para um colapso, pois não há recursos para saciar os desejos ilimitados dos indivíduos. Somado a isso, não há como impor regras gerais para se atingir a felicidade, pois a felicidade não pode ser garantida de forma geral (Kaufmann, 1994, p. 20-21), ela é uma construção individual.

Com esta objeção, destaca-se que para J. S. Mill não se está diante de uma felicidade exclusivamente subjetiva, pois o que é bom ou ruim, também, está relacionado aos “juízes competentes”, que podem estabelecer parâmetros de dignidade⁹. Isto ameniza o subjetivismo que possa ser atribuído a concepção de felicidade no contexto da teoria do autor inglês, já que a felicidade ou bem-estar consiste no exercício de certas capacidades e no desenvolvimento de determinadas relações com os outros e com o mundo, e isto independe da quantidade de prazer. Além do mais, há prazeres que são demonstráveis objetivamente, apresentando-se intrinsecamente vinculados à felicidade como a música, a virtude, a saúde (Brink, 1992, p. 69-70, 77), dentre outros.

Identifica-se um ponto de aproximação entre as duas concepções utilitaristas, pois os “juízes competentes” podem, também, objetificar a felicidade ou o bem-estar tendo bens

⁹ Aqui se encontra capacidade de julgamento diferenciador entre a quantidade e a qualidade do prazer. Para J. S. Mill, a qualidade deve prevalecer sobre a quantidade (Brink, 1992, p. 72, 81).

compositores da ideia, que se tem contemporaneamente, de um mínimo existencial. Por conseguinte, aproximaria o utilitarismo positivo do negativo no concernente a bens proporcionadores de felicidade. No entanto, mantem-se a diferença entre as duas perspectivas utilitaristas no tangente a maior felicidade ao maior número de indivíduos (utilitarismo positivo) e a máxima redução da miséria ao maior número de indivíduos possível, permaneceria intacta.

CONCLUSÃO

O texto objetivou mostrar as diferenças entre duas perspectivas utilitaristas, uma denominada de positiva e outra de negativa. A positiva foi apresentada a partir das referências de J. S. Mill, um dos principais nomes do utilitarismo. A negativa foi apresentada pelo olhar de A. Kaufmann, um dos principais nomes da filosofia do direito dos séculos XX-XXI. Buscou-se suspender, no que foi possível, as diferenças entre épocas, concepções e autores, focando-se nas concepções e nas análises de suas respectivas visões sobre o utilitarismo. No entanto, cada autor foi contextualizado em elementos que se considerou essenciais para que os compreendam.

Destaca-se que a ideia de felicidade ou bem-estar está presente nas duas perspectivas do utilitarismo. Uma concentra-se em promover a felicidade da maioria, por meio da liberdade individual, a outra em reduzir a miséria do máximo possível de indivíduos – tendo como o efeito rebote o aumento da felicidade por meio da redução da miséria – com base no princípio distributivo. Contudo, o elemento felicidade está presente, enquanto se considera a felicidade da maioria por meio de ação livre moralmente racionalizada em direção à felicidade do indivíduo/coletivo e na redução da infelicidade da minoria. A diferença situa-se no modo como se promove a felicidade e quais os indivíduos que serão contemplados, que, a partir destas diferenças, as consequências de ambos os utilitarismos se diferenciam sensivelmente.

REFERÊNCIAS

- Arthur Kaufmann (Jurist). [https://de.wikipedia.org/wiki/Arthur_Kaufmann_\(Jurist\)](https://de.wikipedia.org/wiki/Arthur_Kaufmann_(Jurist)). Acesso em 4 de novembro de 2024.
- Australian Dictionary of Biography. <https://adb.anu.edu.au/biography/tammelo-ilmar--15682>. Acesso em 28 de outubro de 2024.
- BRINK, David O. Mill's deliberative utilitarianism. **Philosophy & Public Affairs**, v. 21, n. 1, Princeton: Blackwell, 1992. p. 67-103.

Gustav Radbruch. https://de.wikipedia.org/wiki/Gustav_Radbruch. Acesso em 18 de novembro de 2024.

KANT, Immanuel. **Metaphysik der Sitten**. 4 Aufl. Leipzig: Felix Meiner, 1945.

KAUFMANN, Arthur. **Filosofia do direito**. Trad. António Ulisses Cortês. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

KAUFMANN, Arthur. **Negativer Utilitarismus**. Ein Versuch über das bonum commune. München: Bayerischen Akademie der Wissenschaften, 1994.

MILL, John Stuart. **O utilitarismo**. Trad. Alexandre Braga Massella. 2 ed. São Paulo: Iluminuras, 2020.

MILL, John Stuart. **Sobre a liberdade**. Trad. Paulo Geiger. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2017.

REALE, Giovanni, ANTISERI, Dario. **História da filosofia**. v. 3, 7 ed. São Paulo: Paulus, 2005.

THONNARD, F.-J. **Compêndio de história de filosofia**. trad. Valente Pombo. Tournai: Desclée & Co. 1953.